



PIAUI



DIÁRIO OFICIAL

ANO LXXIII - 114º DA REPÚBLICA

Quinta-feira, 08 de janeiro de 2004 - Nº 004

TERESINA - PI

Isenção de ICMS incentiva atividade pesqueira no Piauí



Governador assinou decreto em 2003

O decreto do governador Wellington Dias que isenta de ICMS o óleo diesel para barco de pesca foi recebido como incentivo para o incremento do setor, tendo repercussão positiva junto à atividade pesqueira do Piauí.

Ao comentar a iniciativa, o chefe do escritório local da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, Francisco Coelho, argumentou que os armadores e pescadores poderão reinvestir em outras áreas da cadeia

produtiva, citando como exemplos a melhoria da própria embarcação e pagamento de pessoal.

Segundo ele, a Associação dos Armadores de Luiz Correia informou que tinha meios de operacionalizar no sentido de receber esse benefício. São mais de 50 barcos que serão favorecidos no litoral piauiense, abrangendo Luiz Correia, Cajueiro da Praia, Ilha Grande e Parnaíba.

O decreto governamental de número 11.152 de 29 de setembro de 2003, publicado no Diário Oficial do dia 1º de outubro de 2003, estabelece procedimento para operacionalização e controle de saída de óleo diesel a ser consumido por embarcações pesqueiras contempladas com isenção de ICMS.

O diretor da Unidade de Administração Tributária da Secretaria da Fazenda, Paulo Roberto Holanda Monteiro, manteve contato com a Petrobrás para agilizar o cumprimento do decreto considerando que a retenção de ICMS sobre o óleo diesel é feita na refinaria de outro estado.

Na última quarta-feira, a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca enviou de Brasília para o seu escritório local uma portaria estabelecendo a cota anual de óleo diesel atribuída aos pescadores profissionais, armadores de pesca e indústria pesqueira, que se habilitarem à isenção de ICMS para aquisição desse produto para este ano.

Secretaria de Educação abre 800 vagas para Auxiliar Administrativo

O secretário da Educação e Cultura, Antônio José Medeiros, anunciou, nessa terça-feira, 6, no Atlantic City, durante a posse dos diretores das escolas da rede estadual de ensino, a abertura de 800 novas vagas para auxiliar administrativo. O edital do concurso deverá ser divulgado no dia 12 deste mês, e os aprovados vão trabalhar nas secretarias e nas bibliotecas das escolas.

Antônio José Medeiros também revelou que será feito um processo seletivo simplificado para preencher duas mil vagas de merendeiras, zeladores e vigias. O processo, segundo ele, terá validade de um ano. “Embora o concurso tenha validade somente de um ano, o mais importante é o princípio da escolha, que não é a indicação política”, disse o secretário.

Tanto o concurso para auxiliar administrativo como o processo seletivo serão realizados pelo Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet), e as provas deverão ser aplicadas entre 8 e 15 de fevereiro.

Defensoria Pública quebra recorde de ações civis e criminais

As ações civis e criminais realizadas pela Defensoria Pública do Estado atingiram um recorde. Somente em 2003 foram registrados 13.967 processos. Desse total, 12.024 são na área civil e 1.943 na criminal. De acordo com o sub-defensor público geral, Antônio Mesquita Gomes, o maior número de casos está localizado na área de família, sendo que as ações de indenização alimentícia atingem o índice de 85% dos casos. Dentre os principais casos mais comuns estão ainda a de separação judicial ou consensual, investigação de paternidade e separação de corpos. Em 2002 foram computadas 12.573 ações.

De acordo com o sub-defensor, dos 1.943 processos criminais registrados em 2003 e em tramitação no Cartório Único da Assistência Jurídica, localizado no interior da Defensoria Pública Geral, 65% deles estão na área da criança e adolescente e 80% acontecem em Teresina. “Temos um acúmulo muito grande de processos, e em sua grande maioria são ações desenvolvidas por pessoas carentes”.

Ele lembrou que a meta deste governo é realizar concursos a cada ano para 30 novos defensores e que até ao final do governo sejam nomeados 120. Atualmente, em todo o Estado são 24 defensores públicos, sendo 21 deles na Comarca de Teresina, 2 em Picos e 1 em Parnaíba. Informou ainda que os 30 novos defensores aprovados em concursos serão enviados para as comarcas de Floriano, Oeiras, Corrente, Bom Jesus, Piripiri e Esperantina.

“É bom destacar que das 13.967 ações civis e criminais realizadas pela Defensoria Pública, em 2003, 7.706 foram feitas em Teresina, enquanto que 6.161 foram registradas no interior. O ideal é termos, pelo menos, um defensor público por Vara. A Defensoria é um órgão do Poder Executivo e atua junto ao Poder Judiciário, postulando os direitos dos necessitados. O êxito de nosso trabalho depende da necessidade dos órgãos e cartórios do Judiciário”, analisa.

Rapadura em tablete movimentada economia no Sul do Piauí

Uma cidade do Piauí é pioneira na produção de rapadura em tabletes, embaladas uma a uma, como uma barra de cereal ou um chocolate. Tudo começou há três anos, quando a Associação Comunitária para o Desenvolvimento do Vale do São Vicente buscava uma saída para a crise que se abateu sobre a produção da cana-de-açúcar na cidade de Inhuma e em outros municípios do Sul do Piauí. Até então, a rapadura tradicional, de 500g, vendida a granel, sem qualquer proteção, era o que garantia renda às famílias. A carga era transportada em caminhões para o Ceará, Pernambuco, Bahia e Maranhão – principais compradores. Sem os cuidados necessários, o produto se quebrava antes de chegar ao destino. Sem embalagem, não havia referência de procedência ou qualquer cuidado com higiene, o que terminou por desvalorizar o produto.

Nessa época, o preço de mercado de 50 kg da rapadura chegou a ser de R\$ 12. Para atender à mudança de comportamento do consumidor, a Associação Comunitária para o Desenvolvimento do Vale do São Vicente adaptou a pequena fábrica, localizada em Barra do Roque, na zona rural de Inhuma. Com o apoio de órgãos, como o Banco do Nordeste e Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), foram criados os tabletes de 25g. A caixa com 18 unidades, totalizando 450g, recebeu a marca “Rapadurinha do Piauí”. Na caixa, constam as informações nutricionais do produto – como as calorias (380 por cada 100g).

Considerada fonte de energia, a rapadura em tablete mantém as características naturais do produto que, tradicionalmente, é fonte de alimento para o nordestino. “100% natural”, é o que revela o presidente da Associação Comunitária para o Desenvolvimento do Vale do São Vicente, Pedro Ferreira. “Além de não conter qualquer aditivo químico, o plantio da cana também é feito sem agrotóxico, herbicida ou fertilizante”, garante, acrescentando que o próximo passo é buscar o selo de produto orgânico para a produção.

Eis um dos atrativos da rapadurinha, que já é comercializada em supermercados e delicatessens do Brasil. A produção diária é de 1.500



Rapadurinha do Piauí

kg/dia, interrompida apenas na estação das chuvas. A fábrica da associação funciona de março a novembro, período da moagem da cana-de-açúcar. Com o novo impulso, os 24 associados incrementaram os negócios. A entidade começou a produzir a cachaça artesanal, que já tem proposta de exportação para a França, através do Programa Comércio Solidário.

Como resultado da entrada da rapadurinha no mercado, a queda de preço já não preocupa os produtores, considerando que no início da década passada o quilo custava apenas R\$ 12 e agora chega a R\$ 60.